

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO DE NOVEMBRO

ATA N.º 7/2025

JK
Sobm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 07/2025

1. Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Fórum Cultural "A Praça", teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 05 minutos, tendo estado presentes os seguintes deputados: pelo Partido Social Democrata (PSD), João Carlos de Carvalho Branco Perdigão Marquês, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques, Paula Isabel Chilrito Galhardas, Sofia Isabel da Graça Laureano, Maria Manuela Alminhas Passão Moura, Luís Miguel Nunes Rodrigues, Carla Manuela Bailador Fialho Domingues e Margarida Pardal Correia; pelo Partido Socialista (PS) Maria Cristina Aldeias Saiote Rodrigues, Maria Clara Cardoso Pereira, Paulo Jorge Piteira Campino, Filipa Cristina Nobre Silva ; pela Coligação Unitária Democrata (CDU/PEV) Afonso Augusto da Silva Luz, José Manuel Batista Leitão (PCP-PEV); pelo partido Chega (CH), Jorge Manuel de Valsassina Galveias Rodrigues (CH).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Coelho Videira, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Laranjo Matias, e pelos Vereadores, Sofia Cristina Almeida Batista Marante, Pedro José Barbas Martins (PPD/PSD), e Paula Maria Sabino Guerreiro Rocharte Valentim (PS).
3. Sendo a primeira reunião em que participam as deputadas, Paula Isabel Chilrito Galhardas, que não esteve presente no ato de instalação da Assembleia Municipal e que ocupará o terceiro mandato deste órgão, e Margarida Pardal Correia, na sequência dos pedidos de substituição de António Manuel Louro Prata e Nuno Daniel Gaibino da Silva, o Presidente, para os efeitos do disposto na Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, verificou identidade e legitimidade das mesmas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º - Ponto - Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas

4. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, fazendo uma pequena explicação da alteração proposta, nomeadamente ao ponto 3 do artigo 21.º, que diz respeito ao período de intervenção do público.
5. O **Deputado Afonso Luz**, apresentou duas propostas de alteração aos pontos 2 e 3 do artigo mencionado, pois considera que todos defendem que a participação cidadã é muito importante.
6. O **Deputado Paulo Campino**, concordando com alguns dos pontos referidos pelo Deputado Afonso Luz, porque efetivamente o que se pretende é uma maior participação dos munícipes.
7. O **Deputado Jorge Galveias**, considera que o período de intervenção do público não deverá ser limitado a trinta minutos, pois todos os munícipes inscritos deverão ter oportunidade de intervir.
8. O **Deputado Tomás Marques**, refere que a alteração proposta pela mesa é minuciosa, sendo sobretudo uma clarificação dos direitos dos munícipes quando pretendem dirigir-se à Assembleia Municipal.
9. Informa que a Bancada do PPD/PSD concorda com a redação proposta pela mesa, mas entendem que o regimento é algo com o qual todas as Bancadas devem concordar.

JK
Sajm

10. Nesse sentido, e ainda que seja prerrogativa da mesa, considera que poderia ser criado um grupo de trabalho para discutir o documento.
11. Relativamente às intervenções de todas as bancadas, o **Presidente** informa que a mesa considera que o regimento deverá ser um documento consensual, porque é ele que rege os trabalhos da Assembleia Municipal nos próximos quatro anos.
12. Tendo em conta que existem mais propostas, é entendimento da mesa que o ponto em discussão deve ser retirado e deverá criada uma equipa, para analisar as propostas apresentadas, sendo que, para efeitos legais, continuará em vigor o regimento anterior.
13. Informa que a equipa de trabalho será presidida por si e por um elemento de cada mesa, aproveitando por questionar quem irá ser o Deputado de cada uma das bancadas que irá integrar a equipa em questão.
14. Depois de terem sido apresentados os Deputados de cada uma das bancadas, e não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à votação, sendo deliberado, por **unanimidade, aprovar a criação de uma comissão para elaboração da alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Vendas Novas para o Mandato 2025-2029, composta pelos três Deputados da Mesa da Assembleia Municipal e pelos Deputados Tomás Marques, Paulo Campino, Afonso Luz e Jorge Galveias.**

2.º Ponto – Fixação de Taxas no âmbito do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis

15. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que fizesse a respetiva introdução.
16. O **Presidente da Câmara Municipal**, aproveitou por fazer uma breve apresentação dos quatro pontos relacionados com taxas municipais, uma vez que o respetivo enquadramento será muito semelhante.
17. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (9 do PPD/PSD, 5 do PS e 1 do CHEGA) e 2 abstenções (PCP-PEV), **aprovar a fixação, para vigorar em 2025, de uma taxa de 0,33 % a aplicar aos prédios urbanos, de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do CIMI e a fixação de uma redução da taxa do IMI de 30€, 70€ ou 140€, respetivamente para agregados com 1, 2 e 3 ou mais dependentes a cargo.**

3.º Ponto - Fixação da Participação Variável do Município no IRS

18. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos.
19. Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **deliberado, por unanimidade, fixar, para 2026, em 5 % a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Vendas Novas, de acordo com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

4.º Ponto –Fixação da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC

20. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e não havendo intervenções, colocou o mesmo a votação, sendo **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (9 do PPD/PSD, 5 do PS e 1 do CHEGA)

YR
Sajm

e 2 abstenções (PCP-PEV), **aprovar o lançamento de uma derrama de 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o lançamento de uma derrama de 0,75% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€, nos termos do n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

5.º Ponto - Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano de 2026

21. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e não havendo intervenções, colocou o mesmo a votação, sendo **deliberado, por unanimidade, fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano de 2026, em 0,25% sobre o valor total da faturação mensal pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais no Concelho de Vendas Novas, de acordo com o estabelecido no artigo 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada em anexo à Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto.**
22. A **Deputada Cristina Saiote Rodrigues**, apresentou, em nome da Bancada do PS, a seguinte declaração de voto: "O partido socialista votou favoravelmente a proposta relativa aos impostos municipais para 2026. Fá-lo-á de forma coerente, uma vez que aquilo que o PSD apresenta agora segue exatamente a política fiscal que o PS aplicou ao longo dos últimos anos. É, contudo, importante recordar que quando estava na oposição o PSD optava pela abstenção relativamente à taxa da derrama. Defende até que deveria ser estudada a possibilidade de redução, ou mesmo isenção para empresas ligadas à tecnologia, inovação e desenvolvimento, com o objetivo de atrair emprego mais qualificado para o concelho. Hoje, já no poder, e como a ampla maioria, propõe as mesmas taxas que o PS aplicou durante anos."
23. A **Deputada Manuela Moura**, apresentou, em nome da Bancada do PPD/PSD, a seguinte declaração de voto: "No passado defendemos uma descida gradual e faseada dos impostos cobrados aos Vendasnovenses, foi essa sempre a nossa política. Foi inclusive exigência nossa para a viabilização do orçamento municipal para 2023. Acreditamos, também, que é preciso continuar a percorrer este caminho de descida dos impostos cobrados, mas entendemos, no entanto, que neste momento é mais sensata a decisão de manter os valores cobrados em 2025. E isto porque, o orçamento municipal é curto, a capacidade de investimento do município é limitada e há uma série de investimentos e projetos prioritários adiados que têm de avançar e que até serem executados a Câmara Municipal não está em condições de abdicar destas verbas. Votaremos, portanto, a favor as quatro propostas do executivo. Ainda aqui, como regime geral, aproveitamos para elogiar o método de trabalho do executivo presente, que traz já a esta assembleia de novembro os impostos em vez de esperar pelo fim do ano. Não que tenhamos qualquer problema sobre este tema, que vem à última assembleia do ano, mas mostra aqui uma facilidade e o *modus operandi* que está em vigor e que é "quando está pronto, vamos avançar".

6.º Ponto – 3.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento e PPI de 2025

24. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal, que fizesse a apresentação do mesmo.
25. O **Presidente da Câmara Municipal**, fez uma rápida apresentação do documento.

26. O **Deputado Jorge Galveias**, refere que, embora ainda não esteja aprovado o regulamento da oposição, considera que a proposta é de louvar, pelo que que, não havendo uma alteração no impacto financeiro, concorda com a mesma.
27. Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (9 do PPD/PSD, 5 do PS e 1 do CHEGA) e 2 abstenções (PCP-PEV), **aprovar a 3.ª Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento e PPI de 2025**.
28. O **Deputado Paulo Campino**, apresentou, em nome da bancada do PS, a seguinte declaração de voto: "Dado que, tendo sido aprovadas as duas candidaturas, pelo Município ao Programa de Intervenção em Habitações, incluídos na tipologia "Acessibilidades 360 do PPR". Reconhecemos que estas ações poderão apresentar uma melhoria real na vida de munícipes com mobilidade condicionada, ou dificuldades de acesso e na fruição da sua habitação. Por esse motivo, acompanharemos a proposta votando a favor e esperando também que seja cumprido os prazos previstos."

7.º Ponto – 3.ª Alteração ao Mapa Pessoal para 2025

29. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal, que apresentasse o mesmo.
30. O **Presidente da Câmara Municipal**, procedeu à apresentação da alteração em causa, de forma clara e sucinta.
31. O **Deputado José Leitão**, afirma que não se está perante uma terceira alteração ao Mapa de Pessoal, pois o que é apresentado são cinco alterações ao Mapa.
32. Informa que a bancada da CDU tem uma diversidade de voto, em relação a este mapa de pessoal, pois concordam com algumas coisas e discordam de outras.
33. Nesse sentido, a bancada da CDU propõe que se vote, individualmente, cada um dos cinco lugares em causa, para que seja possível transmitir na sessão a posição de cada uma das bancadas.
34. O **Deputado Jorge Galveias**, dando nota que, infelizmente está generalizado que nos executivos socialistas as promessas muitas vezes não passem disso mesmo e acabam por não se concretizar, deixando o problema por resolver por quem vem a seguir.
35. Espera, sinceramente, que a proposta agora apresentada vá resolver o problema, mas não sabe se será suficiente, nem se os projetos que estão em atraso serão resolvidos apenas com a entrada dos novos membros, e se haverá tempo mesmo os resolver.
36. Nesse sentido, informa que o Chega irá abster-se, desejando que a entrada dos novos membros na Câmara Municipal, sejam suficientes, e que a Câmara Municipal tenha realmente capacidade para resolver os projetos que se encontram em atraso.
37. O **Presidente da Câmara Municipal**, refere que o executivo não está certo que a presente alteração resolva completamente o problema, pois o que está a ser feito não é o desejável, mas sim o possível.
38. Neste momento é necessário fazer uma avaliação e analisar se esta alteração será suficiente e se a estratégia poderia ser o reforço do mapa de pessoal, colocando mais arquitetos, mas o executivo prefere aguardar e recorrer, pontualmente, a uma contratação externa para tentar resolver uma parte do passivo acumulado, que são muitos processos.

39. Tendo em conta que Vendas Novas está a atravessar um problema de dificuldades no acesso à habitação, considera que a forma mais direta para esse problema ser resolvido é colocando mais habitação no mercado, o que implica licenciar também mais rapidamente.
40. No entanto, o executivo tem noção que o que está a ser criado, em termos de mapa de pessoal, irá demorar meses até que surta efeito, uma vez que um processo de contratação pública demora meses.
41. Portanto, a solução assenta em três eixos, uma solução mais imediata, com o reforço imediato com técnicos que estejam disponíveis para fazer, ou uma prestação de serviços ou uma empresa que o que o faça, a eventualidade de se conseguir algum técnico que tenha disponibilidade para ter uma mobilidade, o que seria mais rápido para entrar ao serviço já no início do ano, e a solução mais definitiva e estrutural de arquitetura, que remete para daqui a cerca de 6 meses.
42. Existem também outras estratégias e procedimentos que estão a ser analisados e desenvolvidos para agilizar os processos de obras e licenciamentos, para que se tenha a capacidade de ser mais assertivos na análise dos mesmos.
43. Considera que não será possível resolver tudo uma vez, mas a expectativa do executivo é que, no caso do urbanismo, gradualmente se consiga ir reduzindo o que se encontra acumulado e satisfazer melhor os cidadãos de Vendas Novas.
44. O **Deputado Luís Rodrigues**, enumera algumas razões pelas quais o PSD irá votar favoravelmente a proposta apresentada, nomeadamente por esta ser célere e responsável.
45. O **Deputado Jorge Galveias**, informando que é contra a burocracia, na medida do possível, considerando que os processos devem ser analisados o mais rapidamente possível.
46. Não se irá opor a que, de imediato, haja a referida contratação, para resolver o maior número possível de processos pendentes, mas considera que isso irá criar alterações dentro do orçamento da Assembleia.
47. Uma vez que ainda não se encontra aprovado o Estatuto da Oposição, irá aceitar a proposta apresentada abstendo-se na votação, mas considera ser importante que o processo seja devidamente analisado depois do referido estatuto ser aprovado.
48. O **Presidente da Câmara Municipal**, presta mais alguns esclarecimentos em relação a dúvidas, que pensa que tenham ficado, nomeadamente no que diz respeito à contratação de arquitetos.
49. O **Deputado Paulo Campino**, questiona se um engenheiro civil e um arquiteto serão suficientes para o que o executivo tinha planeado, uma vez que as alterações que estão a ser feitas ao Mapa de Pessoal não são as que o executivo pretendia.
50. Refere que, no tempo em que o PSD esteve na oposição, sempre que eram discutidas alterações ao Mapa de Pessoal, ou que o PS pretendesse reforçar os recursos humanos, o PSD sempre foi muito crítico e apenas se preocupava com o aumento de custos que isso iria acarretar, sem nunca fazer referência ao benefício que isso traria na realização do trabalho.
51. O **Deputado Tomás Marques**, relembra o Deputado Paulo Campino que o Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos em relação ao ponto em análise, que tinham sido solicitados ao anterior executivo, sem que nunca tenham sido prestados.

52. Afirma que a clareza na comunicação é muito importante, e antes de se votar uma proposta é necessário explicá-la, sendo que essa foi a grande diferença que se viu na presente sessão, em relação aos últimos quatro anos.
53. O **Deputado Paulo Campino**, afirma ter ficado um pouco confuso com a declaração do Deputado Tomás Marques, dado que esta não teve nada a ver com a sua intervenção, apenas colocou uma simples questão ao Presidente sobre a estratégia do executivo.
54. Refere que apenas pretende saber qual será a estratégia do PSD em relação aos recursos humanos, se estes serão suficientes, ou se há planos para alteração do Mapa de Pessoal assim que for aprovado um novo orçamento, uma vez que no discurso do Presidente essa questão foi deixada em aberto.
55. Relativamente ao mandato anterior, afirma que não está presente nenhum dos Presidentes que estiveram em funções, para que se possam defender, devendo o Membro Tomás Marques colocar a pergunta ao Presidente quando o encontrar.
56. O **Presidente da Câmara Municipal**, presta alguns esclarecimentos quanto à estratégia adotada pelo executivo no que diz respeito ao Mapa de Pessoal, referindo que de imediato a opção foi antecipar alterações que trariam juntamente com o orçamento municipal para 2026, de forma a permitir iniciar os procedimentos de contratação um mês mais cedo.
57. No entanto, isso não invalida que sejam feitas outras alterações ao mapa de pessoal para 2026, até porque há um compromisso que é público, de rever a estrutura orgânica do Município, adaptando-a às reais necessidades da comunidade, o que contam fazer no primeiro semestre do ano.
58. Neste momento não consegue fazer uma previsão mais efetiva, mas tem noção de que não pode iniciar processos de recrutamento, nem aumentar o mapa de pessoal de forma indiscriminada, até porque, segundo o anuário dos municípios portugueses, o Município de Vendas Novas é um dos municípios do país que tem uma maior percentagem do orçamento alocado a gastos com pessoal.
59. Esse facto tem um importante impacto, porque reduz a capacidade para desenvolver atividades, a capacidade para fazer investimentos, mas se não for feito investimento nas áreas que são estratégicas e cirúrgicas, não se consegue ter o retorno, ou seja, gerar receitas para que o Município depois possa fazer investimentos.
60. Afirma que existem áreas em que em que isso é importante, uma é o urbanismo, porque gera não só as taxas dos licenciamentos, mas também os impostos futuros e permite que as pessoas se fixem em Vendas Novas, outra é a área da engenharia civil das obras, porque permite aproveitar os milhões de euros que a União Europeia coloca à disposição de Vendas Novas e que, infelizmente, o que não se tem conseguido aproveitar ao longo dos últimos anos, sendo imperativo inverter esse caminho, o que deseja que venha a acontecer, apesar de não ser fácil.
61. O **Deputado Jorge Galveias**, afirma que o que deve ser avaliado, em termos de recursos humanos, é se o aumento do número de funcionários da Câmara Municipal é um investimento que irá trazer benefícios para o Município, considerando que se trata de uma questão de gestão que, pelos vistos, não foi bem-feita pelo anterior executivo e espera que o atual executivo consiga fazer uma melhor gestão desses recursos.
62. O **Deputado Tomás Marques**, afirma que quem falou do anterior mandato foi o Deputado Paulo Campino e a explicação cabal prestada pelo Presidente da Câmara Municipal em relação ao ponto em discussão demonstra porque razão o PSD mudou de

posição em relação à gestão do mapa de pessoal, uma vez que é fornecida muito mais informação quanto à estratégia e à necessidade.

63. Afirma que a necessidade está encontrada e explicada, e a Bancada do PSD acompanha a posição do executivo que, neste momento, demonstra porque razão necessita de cinco lugares no mapa de pessoal, para conseguir desenvolver aquilo que se propôs, que é governar.
64. O **Deputado José Leitão**, afirma que se está a discutir é uma alteração ao Mapa de Pessoal e a CDU apresentou uma proposta concreta para que cada um dos lugares fosse votado isoladamente, não tendo ainda obtido resposta.
65. O **Presidente das Assembleia Municipal**, informa que é entendimento da mesa da Assembleia Municipal que a proposta será votada conforme foi apresentada pelo executivo.
66. O **Deputado Paulo Campino**, questiona se com esta alteração ao mapa de pessoal, o Presidente considera ter todas as condições para cumprir o seu programa e dar vazão aos projetos anteriores.
67. Afirma que o Presidente fez referência de que o Município de Vendas Novas era o Município do país que tinha mais gastos com pessoal, presumindo que o executivo anterior fez uma má gestão.
68. Tendo em conta que neste momento o executivo do PSD com a sua maioria absoluta, este tem todas as condições para fazer uma ótima gestão desses mesmos recursos e resolver todos os problemas para que se viva "na terra do leite e do mel".
69. O **Deputado José Leitão**, refere que a CDU apresentou uma proposta para que esta seja votada e não para a mesa tomar essa decisão de votar ou não.
70. O **Presidente das Assembleia Municipal**, esclarece que não tinha entendido que o Deputado José Leitão pretendia uma votação à proposta que apresentou, para que a votação dos lugares do mapa fosse feita isoladamente.
71. O **Presidente da Câmara Municipal**, afirma que o executivo tem um programa para cumprir e o seu objetivo é cumpri-lo, tendo já começado a fazê-lo com as questões mais elementares.
72. Foi referido que o PSD tem todas as condições, mas não sabe se assim será, uma vez que não sabe que surpresas irão ter pelo caminho, muitas delas já as tiveram no primeiro mês, umas agradáveis, outras nem tanto, surgiram projetos que foram bem iniciados e bem conduzidos, alguns dos quais tiveram a oportunidade, inclusive, de concluir, e que têm mérito dos executivos anteriores.
73. No entanto, existiram outros que, infelizmente, não poderão ser concretizados porque as coisas não foram tratadas no tempo certo, tendo-se perdido a capacidade de fazer investimentos importantes.
74. Apresenta alguns exemplos, nomeadamente, um fundo comunitário aprovado para requalificar o sistema de rega do jardim público municipal, que foi perdido porque não houve concorrentes e o processo não foi tratado no tempo útil, fazendo com que se tenha perdido 150 mil euros para investir na eficiência hídrica do nosso jardim público.
75. Um outro exemplo, como os 6 milhões e 800 mil euros que estavam aprovados para investir em habitação social, dos quais não foram gastos 250 mil euros, tendo sido desperdiçados 6 milhões e meio de recursos de fundos europeus, que terão de ser devolvidos e agora se o Município quiser construir habitação social, terá de fazê-lo com o orçamento do Município, gastando impostos dos Vendasnovenses, para executar algo

R
Sejam

que no passado poderia ter sido feito sem recurso aos mesmos, e isso efetivamente terá de ser feito, uma vez que há necessidade de promover a habitação social.

76. Dá ainda outros exemplos, afirmando que um conjunto de motivos que levam o executivo a propor esta revisão de pessoal, sendo esse o foco deste debate.
77. Afirma que, no final deste ano, quando for discutido o orçamento municipal para 2026, o executivo terá toda a disponibilidade para debater a divisão mais estratégica e de futuro, que terá muitas coisas que vêm do passado, e que eram bem-feitas, e que terá muitas correções para fazer às que não estavam tão bem-feitas, acreditando que a expectativa de todos, independentemente da posição política, é que Vendas Novas seja beneficiada com isso, porque o pior que poderia acontecer seria que, daqui a quatro anos o executivo não tivesse conseguido cumprir aquilo que se comprometeu.
78. No entanto, garante que o objetivo do executivo é trabalhar para que tal não aconteça, acreditando que os Vendasnovenses irão ser muito felizes com a gestão que o executivo irá fazer no decorrer do mandato em curso.
79. O **Presidente da Assembleia Municipal**, informa que, tratando-se de uma proposta que veio da reunião de Câmara Municipal do dia 26 exatamente como é apresentada, a mesa entende que a Assembleia Municipal deve pronunciar-se sobre a mesma em concreto, sendo isso que será colocado à votação.
80. Não havendo mais intervenções, colocou a proposta a votação, sendo **deliberado**, por **maioria**, com 9 votos a favor (PSD), 2 votos contra (PCP-PEV) e 5 abstenções (PS e CHEGA), **aprovar a 3.ª Alteração ao Mapa Pessoal para 2025**.
81. O **Deputado José Leitão**, apresenta, em nome da Bancada do PCP/PEV, a seguinte declaração de voto: "A bancada da CDU votou contra a 3.ª alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal devido a não ter sido aceite a sua proposta, de que a votação se realizasse por cada um dos postos de trabalho propostos e não globalmente, impedindo-a assim de expressar o nosso sentido de voto por cada uma das alterações".

8.º Ponto - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Vendas Novas na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC)

82. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, informando que a votação do mesmo será feita por voto secreto, bem como todas as restantes.
83. Informa que, face ao número de eleitores, irão ser eleitos dois Deputados da Assembleia Municipal para representar Vendas Novas na CIMAC, sendo que terá de ser por apresentação de listas, pelo que pergunta, às bancadas, se têm listas para apresentar.
84. A **Deputada Manuela Moura**, apresenta a lista da Bancada do PPD/PSD para representantes da Assembleia Municipal de Vendas Novas, na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.
85. A **Deputada Filipa Nobre**, apresenta a lista da Bancada do PS para representar a Assembleia Municipal de Vendas Novas na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.
86. Tendo sido apresentadas duas listas, o **Presidente da Assembleia Municipal**, definiu que a lista apresentada pela Bancada do PPD/PSD, seria a lista A, e a lista apresentada pela Bancada do PS, seria a lista B, tendo estas sido submetidas a votação, por **voto secreto** e tendo-se obtido 9 votos na lista A e 6 votos na lista B.



87. Assim, **foram eleitos**, de acordo com o Método de Hondt, **como representantes da Assembleia Municipal de Vendas Novas, na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, os Membros, João Perdigão, Paulo Campino e Paula Galhardas como suplente.**

9.º Ponto - Eleição de um Presidente de Junta e respetivo suplente para o XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

88. O **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, questionando se as bancadas têm alguma lista a apresentar.

89. A **Deputada Maria Clara Pereira**, apresenta a lista da Bancada do PS, para eleição do representante do Município ao XXVII Congresso da ANMP.

90. A **Deputada Margarida Correia**, apresenta a lista da Bancada do PPD/PSD para a respetiva eleição.

91. Tendo sido apresentadas duas propostas, o **Presidente da Assembleia Municipal**, define que a Lista apresentada pela Bancada do PS teria a designação de "lista A", e a lista apresentada pela Bancada do PPD/PSD teria a designação de "lista B", tendo estas sido submetidas a votação, por **voto secreto**, e tendo-se obtido 5 votos na lista A, 9 votos na lista B e 3 votos brancos, tendo sido **eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, Fernando Jorge Travessa Chaveiro, para Delegado no XXVII Congresso da ANMP e para seu substituto a Presidente da Junta de Freguesia de Landeira, Sandra Maria Patuleia Grilo.**

10.º Ponto - Designação de dois representantes das Freguesias do Concelho de Vendas Novas para integrarem a composição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais

92. Pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foi colocado à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, perguntando às bancadas se têm listas para apresentar.

93. O **Deputado Afonso Luz**, apresentou a lista da Bancada do PCP-PEV.

94. Seguiu-se a **Deputada Filipa Nobre**, que apresentou a lista da Bancada do PS.

95. Por fim, a **Deputada Paula Galhardas** apresentou a lista proposta pela Bancada do PPD/PSD.

96. Existindo três propostas, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a lista da Bancada do PCP-PEV seria a "lista A", a da Bancada do PS seria a "lista B", e da Bancada do PPD/PSD, seria a "lista C".

97. As referidas listas foram submetidas a votação, por **voto secreto**, obtendo-se 2 votos na lista A, 5 votos na lista B e 9 votos na lista C e 1 voto em branco, **tendo sido eleitos, como representantes das Freguesias do Concelho de Vendas Novas para integrarem a composição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, Luís Miguel Nunes Rodrigues e Margarida Pardal Correia.**

11.º Ponto - Designação de um representante das Juntas de Freguesias do Concelho de Vendas Novas para integrar a composição Municipal de Proteção Civil

98. O **Presidente da Assembleia Municipal**, coloca à discussão o 11.º ponto da ordem de trabalhos, questionando, uma vez mais as bancadas se têm listas a apresentar.

99. A **Deputada Maria Clara Pereira**, apresenta a lista da Bancada do PS, salientando que, ao abrigo da alínea j) da Lei de Bases da Proteção Civil, lei 27/2006 de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto, tem sido prática nos mandatos anteriores convidar a integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Vendas Novas, um representante da outra junta de freguesia não designada em Assembleia Municipal
100. A **Deputada Manuela Moura**, apresenta a lista proposta pela Bancada do PPD/PSD.
101. Informou, o **Presidente da Assembleia Municipal**, que a lista apresentada pelo PS teria a designação de "lista A" e a lista apresentada pela Bancada do PPD/PSD, teria a designação "lista B".
102. As referidas listas foram submetidas a votação, por voto secreto, obtendo-se 5 votos na lista A, 9 votos na lista B e 3 votos brancos, tendo sido **eleito, como representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Vendas Novas para integrar a composição da Comissão Municipal de Proteção Civil, Fernando Jorge Travessa Chaveiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas.**

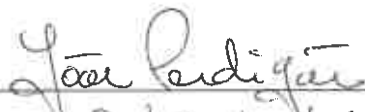
12.º Ponto - Designação de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal

103. O **Presidente da Assembleia Municipal**, coloca à discussão o 12.º ponto da ordem de trabalhos.
104. O **Deputado Afonso Luz**, apresenta a proposta do autarca de freguesia proposto pela Bancada do PCP-PEV para integrar o Conselho Cinegético Municipal, designadamente o Autarca Rui Palminha.
105. A **Deputada Maria Clara Pereira**, refere que a proposta da Bancada do PS é que seja a Presidente da Junta de Freguesia de Landeira a integrar o Conselho Cinegético Municipal.
106. O **Deputado Luís Rodrigues**, informa que o PPD/PSD propõe que seja o Autarca Alexandre Carlos Canaria Almeida a integrar o Conselho Cinegético Municipal.
107. Tendo sido apresentadas três propostas, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a proposta da Bancada do PCP-PEV, seria a "lista A", a da Bancada do PS, seria a "lista B" e a da Bancada do PPD/PSD a "lista C", as quais foram submetidas a votação, por **voto secreto**, obtendo-se **2 votos na lista A, 5 votos na lista B, 9 votos na lista C e 1 voto em branco, tendo sido eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal, Alexandre Carlos Canaria Almeida.**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

108. Neste período não se registou qualquer intervenção do público na sessão.
109. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo o **Presidente da Assembleia Municipal** dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 30 minutos do dia 30 de outubro de 2025.

O Presidente da Assembleia



A 1.ª Secretária da Assembleia

